

FORMAS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR PRECONCEITO E *BULLYING*

José Leon Crochík¹

Resumo

O preconceito e o *bullying* são duas formas de violência escolar, ainda que não se restrinjam à educação escolar. Neste texto, indaga-se se se trata de um mesmo fenômeno ou, em caso contrário, qual seria sua relação, considerando quer as condições sociais e culturais que os produzem, como as necessidades psíquicas envolvidas. Para isso, essas formas de violência são associadas com o enfraquecimento da constituição do indivíduo que as desenvolve, tendo em vista o declínio da possibilidade de experiência nos últimos séculos.

Palavras-Chave: *Bullying*, preconceito, formação, experiência.

Abstract

The prejudice and *bullying* are two forms of school violence, although are not restricted to education. In this paper we ask whether this is the same phenomenon or, if not, what is their relationship, considering both the social and cultural conditions that produce them, such as psychic needs involved. For this, these forms of violence are associated with the weakening of the constitution of the individual that develops, given the decline of the possibility of experience in recent centuries.

Keywords: *Bullying*, prejudice, education, experience.

¹ Docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e Pesquisador do CNPq.
Email: jlchna@usp.br.

O objetivo deste ensaio é pensar semelhanças e distinções de duas formas que a violência escolar assume contemporaneamente: o preconceito e o *bullying*. Há quem proponha entender um pelo outro, como Antunes e Zuin (2008), que defendem que *bullying* é um novo termo dado ao preconceito; fazem a crítica acertada à não redução desses fenômenos, quando tidos como naturais ou diretamente localizáveis, o que traz como consequência ações diretas, mas de superfície, não atingindo assim a necessária compreensão e, portanto, as adequadas formas de os combater. De nossa parte, julgamos necessário diferir ambas as formas de violência, sem desconsiderar a necessidade de centrar a atenção nas condições e na formação que permitam a experiência, tal como aqueles autores o fizeram. O que será desenvolvido neste texto deverá ser considerado sob a forma de hipóteses, que precisarão de estudos empíricos para ser confirmadas e desenvolvidas; no entanto, deve-se realçar, já é fruto de uma série de estudos empíricos realizados.

Como Adorno et al. (1950) defendem, a experiência é o antídoto ao preconceito; experiência que não pode ser reduzida ao mero contato, mesmo que em condições favoráveis como defendem os autores da Teoria da *Hipótese do Contato* (VALA e MONTEIRO, 1996). Como a estrutura social e cultural é determinante da possibilidade da experiência e da forma que assume (nas ditaduras, por exemplo, a experiência, em geral, é mais restrita), o preconceito, mas compreendemos que isso ocorre também em relação ao *bullying*, deve ter forma específica de ocorrer. Para comparar ambos fenômenos, será necessário discorrer sobre a experiência ao longo de determinado período histórico; faremos isso, acompanhando Walter Benjamin (1989) em sua análise que indica a alteração havida de experiência para vivência, no século XIX, e depois trazendo indicações de Horkheimer e Adorno (1985) sobre o antissemitismo do século XX. A suposição básica é a de que o contraponto a um enfraquecimento, e mesmo declínio, da experiência torna o preconceito sem alvo fixo, aproximando-o do *bullying*; o preconceito mais bem delimitado continua a existir, por vezes associado a movimentos coletivos, o

que paradoxalmente associa sua compreensão à delimitação da experiência dada por Benjamin que, na tradição, une a coletividade ao individual.

De início, cabe uma breve definição e características dadas pela literatura sobre os dois modos de violência acima nomeados.

Conforme Krech, Crutchfield e Ballachey (1975), o preconceito é uma atitude, e como tal tem três dimensões: uma cognitiva, uma afetiva e uma tendência para a ação. A dimensão cognitiva se refere aos estereótipos, mas também a argumentos bem elaborados que sutilmente o promovam, uns e outros desenvolvidos por meio de uma ideologia que os contém e que justifica² o preconceito para quem o desenvolve e para os outros; é necessária uma explicação, ainda que vaga para que haja essa atitude hostil; cabe enfatizar que tal hostilidade em hipótese alguma é provocada pela vítima; trata-se de projeção, no sentido psicanalítico, de desejos, medos, expectativas sobre seus alvos. O fato de haver necessidade de justificativa para a discriminação, que é a ação correspondente ao preconceito, indica que essa atitude não é julgada natural, esperada, mesmo pelo preconceituoso.

A dimensão afetiva pode ser direcionada contra o alvo – esse é desprezado -; a seu favor, compensando uma agressividade que o próprio preconceituoso não pode aceitar, nesse caso, a explicação cognitiva busca explicar o porquê do excesso de preocupação; ou se caracterizar pela frieza, que é a negação de toda e qualquer identificação possível com o alvo, tal negação não significa ausência de paixão, mas seu sufocamento; a justificativa racional, nesse caso, é de que o outro não lhe diz respeito.

A tendência para a ação, coerentemente, segue as dimensões cognitivas e afetivas. A ação de discriminação tem ao menos duas formas: a marginalização

² Como iremos utilizar o verbo justificar e o substantivo justificativa várias vezes, ao longo deste texto, convém enfatizar que não dizem respeito à isenção de responsabilidade dos atos de violência praticados, mas a uma tentativa de quem os pratica de dar legitimidade ao que é ilegítimo.

e a segregação. A marginalização se refere a incorporar o alvo da discriminação, mas não o considerar plenamente membro do grupo; nesse caso, supõe-se que o afeto e mesmo os estereótipos sejam para protegê-lo. Em estudo realizado na cidade de São Paulo (CROCHÍK et al., 2013), com estudantes com deficiência que estavam matriculados em classe regular, em jogos coletivos, esses estudantes eram aceitos nos times e até lhe permitiam participar, mas não eram considerados como os outros jogadores. A segregação consiste em considerar o alvo de preconceito fora do grupo; no estudo referido, em algumas aulas, era dada ao aluno com deficiência uma atividade que não tinha nenhuma relação com o que os demais alunos estavam aprendendo; supõe-se que, nesse caso, a hostilidade e a indiferença, com a concomitante justificativa, se apresentem.

Conforme desenvolvemos em estudo anterior (CROCHÍK, 2011), o preconceituoso evita se identificar com seu alvo; ele desenvolve uma identificação negada ou desenvolve uma negação de toda identificação. No caso em que o afeto se relaciona com a hostilidade ou com a falsa aceitação, o preconceituoso percebe em seu alvo algo que ele não pode admitir em si mesmo, assim, ele nega que tem os mesmos desejos que o outro e/ou características semelhantes; neste caso, há algo específico no alvo do preconceito que mobiliza o afeto do preconceituoso; esse alvo é idealizado, e como um objeto próprio ao amor platônico, o contato real com ele é evitado, para que seja idealmente preservado. Na negação de toda forma de identificação, o preconceituoso tenta negar em si mesmo qualquer afeto, de forma, que também não se relaciona emocionalmente com ninguém; o tipo manipulador descrito por Adorno et al. (1950) é uma de suas expressões; é o indivíduo que para atingir seu objetivo de forma eficiente desconsidera que os outros têm vontade própria e os utiliza como instrumentos para atingir esse objetivo; nesse caso, não há nada específico nos alvos de preconceito que suscitam sua reação, e, sim, a impossibilidade de ter emoções e afetos; também o indivíduo que pouco se diferencia do meio pode não ter qualquer

identificação com seus alvos de preconceito, tornando-os meros instrumentos para a realização de seus desejos.

A (falsa) percepção que o preconceituoso tem de seu alvo tende a tornar uma característica ou desejo que imputa a ele como algo natural; em alguns casos, alguns alvos de preconceito foram historicamente submetidos a determinadas situações que os levaram a ter de se adaptar de maneira específica, o preconceituoso transforma comportamentos, pensamentos, associados a essa adaptação, que historicamente foram determinados em algo inerente ao alvo. Os judeus, segundo Arendt (1979) e Horkheimer e Adorno (1985), foram durante longo tempo obrigados a viver na esfera do comércio; o antissemita transforma esse fato histórico em algo natural: julga que é especificidade própria ao judeu ter o desejo de lidar com dinheiro. A negação da história é a perspectiva conservadora e fatalista do preconceituoso.

Quanto à especificidade do alvo, Adorno et al. (1950) e Crochík (2004) mostram que quem tende a ter preconceito em relação a determinado alvo tende também a tê-lo em relação a vários outros. Isso não implica que não haja estereótipos, e assim peculiaridades relativas a cada um dos alvos, mas que há uma tendência a agrupar pessoas e agir de forma não espontânea em relação a elas. Adorno et al. (1950) verificaram que quem tem preconceito contra judeus, tende a ter também em relação a negros, mas a correlação entre ambas manifestações de preconceito não é plena. Crochík (2004) mostrou que o preconceito étnico, dirigido a judeus e a negros, e o preconceito contra pessoas com deficiência intelectual ou física são relacionados, mas há relação maior entre os alvos de um mesmo tipo de preconceito do que entre alvos de tipos distintos de preconceito. Se determinado desejo ou medo podem ser suscitados pelo alvo do preconceito, mesmo que esses sejam da ordem da ilusão ou da alucinação, há um estereótipo específico direcionado a esse alvo. O estudo de Bettelheim e Janowitz (1950) mostrou que se, na Alemanha nazista, o judeu representava desejos relacionados à instância psíquica id, que deveriam ser represados, e desejos associados ao supereu, que serviriam

como expectativas a ser cumpridas, no estudo que fizeram com veteranos de guerra americanos, verificaram que o negro representava os desejos do id e o judeu os do superego; nesses estudos, desenvolvidos na Alemanha e nos Estados Unidos, evidenciou-se a necessidade de se projetar no alvo desejos e anseios.

O preconceito, quando mais bem delimitado no que concerne à justificativa para sua ocorrência, está associado a movimentos coletivos, que são entendidos de forma ideológica, e ideologia, compreendida, tal como Horkheimer e Adorno (1973) a delimitam: justificativa de dominação. Nesse sentido, o preconceito contra o negro está associado com o racismo; o preconceito contra o judeu, ao antissemitismo; o preconceito contra o homossexual, à homofobia. Essa diferenciação entre grupos que não distingue os membros que a eles pertencem encobre, conforme análise de Horkheimer e Adorno (1985), a luta pela dominação da natureza, que se espalha para a dominação dos indivíduos pelos outros e por si mesmos; tal dominação também comparece na exploração de uma classe social por outra, tal como descrito por Marx (1984), mas não se esgota nela. O preconceito, nesse caso, é a ideologia introjetada, mediada por necessidades psíquicas, que não deve ser reduzido ao âmbito da psicologia ou da psicanálise. A perseguição de um alvo pelo preconceituoso, quando associada a movimentos coletivos, é derivada da perseguição de indivíduos pertencentes a minorias sociais.

Os negros, os judeus, as mulheres, as pessoas com deficiência foram, e, em parte, continuam a ser, minorias perseguidas porque lembram ao 'civilizado' sua fragilidade que não deve ser recordada. É o que foge às classificações habituais, não inteiramente delimitado e compreendido, que se torna alvo; sobretudo aqueles que trazem marcas da natureza não dominada, marcas, cujas alterações são visadas como objetivo da educação: converter o que é natural em cultural, ainda que a natureza não deva ser negada.

As minorias acima citadas, no entanto, não são similares, e cabe diferenciá-las, pois, se o preconceito pode ser com elas associado, se são distintas, a compreensão dessa distinção pode levar a melhores meios de combatê-lo. Os judeus, como um povo, querem exercer seus costumes, valores, como parte da civilização e simultaneamente viver e atuar com todos, nesse sentido, lutam pela sua especificidade e pelo direito de convivência com todos; as demais minorias não têm um grupo à parte, podem constituir-se e o constituem devido à perseguição, nesse sentido, a luta contra o racismo, o feminismo e a luta pelos direitos dos que têm deficiência os unem. Dessa maneira, podemos dizer que as minorias religiosas, de uma forma geral, mas podemos estender aos diversos povos existentes, têm um grupo específico que não retira a possibilidade de conviver com todos os outros, nesse caso, a integração ao todo social não é plena; outros grupos se tornam minorias e são obrigados a se associar para sobreviver ou ter a possibilidade de ter direitos iguais a todos os outros. Uns são perseguidos porque querem seguir seus próprios costumes e valores, desde que esses não se contraponham aos costumes e valores da civilização; outros, por serem percebidos como mais frágeis, menos propensos a exercer o poder e a dominação dele decorrente, são subjugados.

Os dois tipos de minoria aqui diferenciados podem ser perseguidos, mas, ao que parece, por motivos distintos; e o que tornaria as que não são específicas iguais ao opressor é a tentativa de se igualar no poder. As minorias que se diferenciam a si mesmas querem viver o que lhes é próprio sem ameaçar ou serem ameaçadas; as demais tendem a se defender da perseguição igualando-se na luta pelo poder; certamente, as primeiras também podem vir a lutar pelo poder, e nesse caso se assemelhariam às demais.

Para nossos objetivos, cabe realçar que o preconceito pode ter alvos específicos que são associados com minorias sociais e, portanto, a movimentos coletivos. Nesse caso, é derivado da ideologia, no que tem de falseamento da realidade, e mediado por necessidades psíquicas, sobretudo a

de ter de projetar o que o alvo lhe recorda ser próprio e não consegue suportar; pode ser mais bem delimitado ou não, mas ainda detém aquelas necessidades.

Há também alvos de preconceito que não são relacionados com movimentos coletivos, ainda que possam ser estabelecidos grupos para se defender do que é culturalmente desvalorizado: os obesos, os que utilizam óculos, os albinos; nesse caso, a justificativa para a discriminação é menos elaborada, pois é mais diretamente associada a padrões culturais genéricos; esses alvos ainda são especificados, devem representar necessidades psíquicas que são projetadas sobre eles; podem ser desprezados, desconsiderados, ignorados, sem que haja uma perseguição contínua e pelos mesmos agressores, o que caracterizaria o *bullying*.

Conforme mencionado no parágrafo acima, mesmo alvos relacionados com movimentos coletivos podem ter preconceitos mais ou menos delimitados por parte do preconceituoso. Jahoda e Ackerman (1969), em estudo feito a partir de entrevistas com psiquiatras e psicanalistas acerca de pacientes que poderiam ser antissemitas, verificaram que a projeção sobre o judeu poderia ser mais seletiva, isto é, os pacientes designavam motivos específicos para seu preconceito contra o judeu, ou poderia ser mais difusa, e o paciente só argumentava que não gostava de judeus e não conseguia explicitar os motivos.

Se, por um lado, o preconceito pode estar associado a movimentos coletivos, por outro, como enfatizamos, relaciona-se a necessidades psíquicas. Há diversos tipos de necessidades psíquicas que correspondem a diversas formas de estrutura de indivíduos preconceituosos, que expressam essas defesas, tal como Adorno et al (1950) puderam evidenciar em seu estudo sobre a personalidade autoritária: desde um indivíduo que o desenvolve de forma mais superficial, para o qual algumas informações são suficientes para eliminar o preconceito, até os que têm o preconceito arraigado já como forma de adaptação, para os quais as informações e as experiências com os alvos do preconceito são inúteis para que deixe de se desenvolver.

O indivíduo diferenciado, objetivo de nossa cultura, não deve ter preconceitos, pois consegue perceber e ter experiências com todos os indivíduos, percebendo também que eles pertencem a grupos distintos que não necessariamente tiram sua singularidade. O indivíduo que desenvolve preconceitos em relação a minorias perseguidas em movimentos sociais, como o racismo, o antissemitismo, não é tão diferenciado como o não preconceituoso, mas é mais do que o que estabelece preconceitos menos delimitados que se voltam a alvos caracterizados pelo que é diretamente associado com fragilidade e/ou com falta de autocontrole; os gordos, os fisicamente frágeis, os malcheirosos, não constituem minorias como os alvos acima assinalados, por isso, não há estereótipos fortemente desenvolvidos e difundidos pela cultura, o que possibilitaria mais facilmente a justificativa, ainda que irracional, da perseguição desses alvos.

Assim, temos preconceitos bem justificados, outros não justificados; preconceitos com alvos bem definidos e preconceitos com alvos não tão bem delimitados e assim facilmente intercambiáveis; podem ser derivados da ideologia que expressa movimentos coletivos ou não. Quando se trata dessa associação com movimentos coletivos, o preconceito tende a ser mais delimitado quanto à argumentação da perseguição e em relação aos alvos do que quando não há essa associação.

Se o preconceito ocorre tendo como referência as autoridades sociais, pois seus alvos são, em geral, aqueles que são percebidos fora das regras e padrões usuais transmitidos e valorizados por essas autoridades, o que implica que a sociedade, por meio de seus representantes, incita o desenvolvimento de preconceitos, o declínio dessas autoridades e dos valores tradicionais, ou sua dispersão e fragmentação em várias outras mais distantes afetivamente dos indivíduos a serem formados, pode não somente, conforme argumentam Horkheimer e Adorno (1973) e Marcuse (1981), enfraquecer a constituição do

indivíduo, mas também diferenciar menos ou não diferenciar os alvos do preconceito e a sua justificativa.

Em síntese, quanto mais a sociedade se diferencia por meio de grupos, mais elaborada é também a justificativa para perseguição de indivíduos que pertençam a minorias discriminadas; quanto mais se torna homogênea, mediada pela mesma racionalidade, menos diferenciada é essa justificativa para a violência e menos desenvolvidos são o preconceito e aqueles que o desenvolvem; esses últimos, como ressaltado antes, podem ter uma identificação negada com os alvos, o que permite sua especificação ou podem negar qualquer identificação com todos os indivíduos, e nesse caso, os alvos do preconceito não são bem delineados.

Pode ser estranho falar em maior ou menor diferenciação individual, quando se trata do preconceito, mas isso indica uma sociedade que nos leva a desenvolvê-lo, quando isso não seria necessário. O *bullying*, como desenvolveremos a seguir, deve corresponder aos indivíduos menos diferenciados, e talvez sejam derivados dos preconceitos com alvos e justificativas menos configurados.

Em geral, o *bullying* é traduzido como intimidação ou provocação que um indivíduo mais forte ou mais esperto, sozinho ou em grupo, pratique de forma constante e por determinado período contra pessoas que não conseguem reagir a essa hostilidade (ANTUNES; ZUIN, 2008; FANTE, 2005; LOPES NETO, 2005).

Há diversos papéis exercidos no *bullying*: autor da agressão, apoiador, observador e alvo da agressão (ANTUNES; ZUIN, 2008); algumas vezes, o alvo é também agressor. Conforme pesquisa realizada³ com 274 alunos do nono ano de escolas públicas paulistas sobre o *bullying*, as principais

³ Projeto *Violência Escolar: discriminação, bullying e responsabilidade*, financiado pelo CNPq, como base da Bolsa Produtividade em Pesquisa, no período de 2011 a 2014.

características atribuídas a seus autores são: *forte, aluno que tem más notas, aluno bom nos esportes e popular*; já as vítimas da agressão foram consideradas como *gordos, fracos, aluno que tem boas notas, aluno que se sai mal nos esportes e impopular*. Note-se que essas características não são associadas a movimentos coletivos e não há motivos direcionados especificamente a um grupo, mas a características pessoais. A relação estabelecida entre os autores da agressão como sendo alunos com más notas escolares e bons em esportes e a relação entre os alvos da agressão considerados com boas notas e que se saem mal nos esportes podem ser pensadas à luz da dupla hierarquia escolar descrita por Adorno (1995): a hierarquia oficial, caracterizada pelo desempenho, real ou percebido, nas disciplinas escolares, e a hierarquia não oficial, caracterizada pelos alunos quanto à sua força, destreza, habilidades corporais. Dessas relações se depreende que as hierarquias escolares que, por sua vez, reproduzem as hierarquias sociais, podem fortalecer e ser fortalecidas pelo *bullying*, o que nos obriga, como no caso do conceito de preconceito, não pensá-lo somente como algo próprio do indivíduo ou da (des) estrutura familiar.

Segundo a mesma pesquisa citada sobre o *bullying*, os sujeitos indicaram que os motivos mais frequentes que levam à prática do *bullying* são: chamar atenção, diversão, se sentir superior; conforme se pode notar não foi mencionada nenhuma necessidade individual, como o medo e a insegurança, que poderiam ser projetadas sobre o alvo, tal como, por vezes, ocorre no preconceito; as necessidades pessoais não são associadas com algo próprio que se quer negar, mas à possibilidade de se destacar, de se sentir superior, são mais próximas do que em psicanálise é nomeado de *narcisismo*, que indica pouca diferenciação individual.

Os que apoiam os autores da agressão podem também ser intimidadores, ainda que não assumam o papel principal. Os observadores podem ou se identificar com o agressor – e assim seriam aliados do provocador – ou se identificar com a vítima e, nesse caso, podem ter medo de interferir, para não

serem também vítimas de violência, por fim, talvez sejam indiferentes à violência. Todos esses papéis discriminados no *bullying* não são distintos dos que se encontram nos regimes totalitários: há os que agredem sem motivos, os que os apoiam, os que observam e têm medo e os agredidos. Sem pretender reduzir esses regimes totalitários ao *bullying*, esse, ao que parece, tem forte relação com aqueles regimes.

Como enfatizado, o *bullying* revela uma prática de poder sobre quem supostamente não pode reagir, tal prática revela a necessidade de poder sobre o mais frágil, que, conforme já salientamos, Horkheimer e Adorno (1985) associaram à história da civilização ocidental; refletindo a dominação sobre a natureza, que uma vez submetida, é considerada frágil. A fragilidade lembraria aos mais fortes sua própria fragilidade, sua própria submissão, que devem ser negadas, o que implica que o *bullying* é também autodomação. Ora, essa última formulação também é propícia ao que delimitamos como preconceito; mas tal como mencionamos antes, o que os diferencia é que o *bullying* expressa diretamente essa relação de oposição entre os mais fortes e os mais fracos, ao passo que no preconceito, quando é bem delimitado, essa relação se expressaria justificada de forma mais específica: persegue-se o judeu por ele ser ‘promíscuo’, ‘agiota’, ‘traíçoeiro’; persegue-se o negro por ser ‘primitivo’, ‘pouco afeito ao trabalho’; combate-se o homossexual por ter ‘renunciado ao poder masculino’, por ‘lembrar o feminino’. Pode-se insistir que o *bullying* é uma forma mais grosseira de dominação do que a encontrada no preconceito⁴, e não se trata da importante distinção entre preconceito flagrante e preconceito sutil feita por Meertens e Pettigrew (1999), mas que, no *bullying*, a necessidade de dominação imediata e o desejo de destruição do alvo se apresentam mais diretamente.

⁴ Nas semelhanças e distinções que faremos daqui para diante entre o *bullying* e o preconceito, cabe ressaltar que esse último será o que foi concebido neste texto como tendo alvo (s) e justificativas mais bem delimitado (s).

Como o preconceito é uma atitude e o *bullying* uma forma de ação, poder-se-ia pensar que esse último é uma das ações derivadas do preconceito; o fato de ser uma expressão mais primitiva do que o preconceito, no entanto, contraria essa derivação. Certamente, os alvos do preconceito podem ser hostilizados durante um longo período repetidamente e não ter condições de reagir; tal violência, no entanto, pode ser justificada pelos estereótipos ou mesmo por argumentos mais bem elaborados, ainda que irracionais; o *bullying*, no entanto, não precisa ser justificado, precisamente porque não pode ser; na marginalização e na segregação, podemos encontrar maneiras indiretas pelas quais o preconceito se revela, maneiras que não precisam se repetir, mesmo porque, por vezes, o alvo do preconceito pode incorporar o estereótipo proveniente dos movimentos coletivos que lhe são contrários; o alvo de discriminação proveniente do preconceito pode sentir vergonha de pertencer ao grupo que o faz ser alvo da violência; a vítima do *bullying* sente vergonha por não poder reagir.

Se os alvos do *bullying* e também os do preconceito lembram a fragilidade a ser combatida para incrementar a suposta e, por vezes, real força de domínio existente, essas formas de violência são produzidas pela própria civilização, uma vez que incita a agressão aos mais fracos, por meio da educação, quando traz como um valor importante a vitória, obtida mediante meios grosseiros ou sofisticados; não é a identificação com o perdedor que é incentivada (ADORNO, 1995).

O ódio, tal como o amor, segundo Freud (1986), pode ou não estabelecer vínculos com o objeto; quando o amor é universal, não se faz justiça ao objeto; se o ódio é universal, também não. Daí, por que o *bullying* é uma expressão mais direta da violência estrutural da sociedade, mais arcaico e mais difícil de combater do que as formas de marginalização e segregação derivadas do preconceito. Como a experiência é necessária para que não haja preconceito, o ponto cego em relação ao seu objeto pode implicar que pode ser iluminado

para passar a ser perceptível, já quando a cegueira é geral, como ocorre no *bullying*, não há apoio para o esclarecimento.

Ainda com o objetivo de distinguir e relacionar *bullying* e preconceito, passemos a discutir, mesmo que brevemente, as mudanças que a experiência sofreu ao longo dos últimos séculos e que são propícias a essas formas de violência.

A redução da experiência à vivência

A formação para a sensibilidade, para a discriminação dos objetos e seus respectivos conceitos, é fundamental para a adaptação e para a crítica dessa mesma adaptação, uma vez que não cabe à educação somente a doutrina, mas também seu questionamento. Por meio da incorporação da cultura é possível nomear as experiências nossas e as que nos são transmitidas e, assim, termos também experiências intelectuais, se é que esse adjetivo não traz redundância, pois não é possível haver experiência sem que haja reflexão; uma reflexão que não seja restrita como a vivência descrita por Benjamin (1989), própria a uma época – século XIX – na qual o tempo e o espaço se tornaram homogêneos, reconhecíveis por símbolos externos, apartados do turbilhão de sentimentos, provocada devido à necessidade da racionalidade não servir aos desejos, anseios e enfrentamento dos medos humanos, mas aqueles próprios à produção e circulação das mercadorias na cidade grande.

A experiência que, na análise de Benjamin (1989), tem como referência as pessoas é o que não é possível naquele período passível de consciência imediata, uma vez que sua estrutura se converteu na apreensão do que é localizável externamente e apenas reproduzível. Se a experiência cedeu lugar à vivência, que se define como experiência restringida, ela continuou a ser evocada, segundo esse crítico da literatura, por, ao menos, três pensadores no

século XIX: Baudelaire, Freud e Proust, esses últimos o fizeram também na primeira metade do século seguinte.

O poeta das 'Flores do mal' com o choque tentou penetrar na rigidez da consciência formada por aquilo que não deixa marcas na cidade grande: a própria vivência; essa se caracteriza por ser efêmera, não deixar vestígios, não permitir a continuidade. A experiência, no entanto, acumula, permanece e é transmissível; própria da tradição, une a coletividade e os indivíduos, sobretudo nos momentos de festas que no calendário não se sucedem, marcam lugar; estão sempre iluminando a vida. O choque proporcionado pelos poemas de Baudelaire deveria dar vida ao que se pretendia inerte; assim, o bêbado, a prostituta e o ladrão ganham vida própria para além do mundo das mercadorias; mesmo essas guardam o encanto do que é humano, posto que têm em sua base o trabalho que também dá vida ao inerte; o fetiche da mercadoria, nesse sentido, não é somente enganação, é também desejo humano que se coisifica, mas ainda guarda o que é humano e o que é desejo; considerando-se a frieza contemporânea dos indivíduos, pode-se pressupor que esse encanto é mais desejável do que essa frieza. Baudelaire com o choque tenta reencantar o desencantamento atribuído aos homens como meros trabalhadores, desempregados ou habitantes da cidade. Mas o poeta maldito, segundo Benjamin (1989), perdeu sua luta contra um adversário invencível, posto que fundido com o destino: 'o odor da natureza desapareceu', o da vida também.

Freud, conforme Benjamin (1989), caracterizou a consciência como escudo contra o excesso de estimulação proveniente do mundo externo, além de ressaltar que não é somente dos fantasmas internos que devemos nos proteger. Esse escudo era proveniente da transformação de nossa consciência em aparadora de golpes provenientes do mundo externo; possibilitava a defesa contra o que pudesse nos afetar, isto é, a própria vida. O conteúdo da experiência estava em outro sistema psíquico que não a consciência; esse material era gerado pelos choques que conseguindo penetrar no escudo e não

encontrando a segunda defesa, representada pela angústia, gerava trauma. Benjamin (1989) critica Freud por esse não diferenciar memória de lembrança, algo que seu discípulo – Reik – fez: a memória conserva, a lembrança destrói. A rememoração, a recordação, a lembrança, de súbito, poderiam fazer retornar à consciência conteúdos inicialmente represados, desorganizando-a; já a memória que organiza o acontecimento no tempo e no espaço, corresponde à experiência restringida, à vivência.

Por meio do conhecimento do que jaz inconsciente, a experiência poderia ganhar vez e voz, e se o homem da multidão e o *flâuner* não podiam frequentar o consultório do analista, Proust dá ao burguês outra possibilidade: a memória involuntária, a qual se poderia ter acesso por meio de alguns estímulos, sobre os quais não temos controle; só a sorte, segundo o romancista francês, poderia indicar se poderemos algum dia encontrar o objeto que conte a nossa história, como foi o bolinho de Madeleine para a personagem de *Em busca do tempo perdido*. Essa ideia do acaso é criticada por Benjamin (1989): “Não é de modo algum evidente este depender do acaso. As inquietações de nossa vida interior não têm, por natureza, este caráter irremediavelmente privado. Elas só o adquirem depois que se reduziram as chances dos fatos exteriores se integrarem à nossa experiência” (p.106). O mundo burguês rompe com a possibilidade de experiência, que não prescindia da tradição como referência. O fortalecimento da burguesia gerou a experiência restringida – a vivência – e levou a experiência a se ocultar e só retornar por meio de técnicas específicas, conhecidas ou não, que possibilitavam sua irrupção e dar sentido e encanto à vida. É ainda nesse momento do capitalismo liberal que se podiam aplicar os conceitos psicanalíticos, fadados a não mais poderem explicar o indivíduo próprio do capitalismo monopolista:

A psicanálise apresentou a pequena empresa interior que assim se constituiu como uma dinâmica complicada do inconsciente e do consciente, do id, ego e superego. No conflito com o superego, a instância de controle social no indivíduo, o ego mantém as pulsões dentro dos limites da auto conservação. As zonas de atrito são grandes e as neuroses, os *faux fraix* dessa economia

pulsional, são inevitáveis. Não obstante, a complicada aparelhagem psíquica possibilitou a cooperação relativamente livre dos sujeitos em que se apoiava a economia de mercado. Mas, na era das grandes corporações e das guerras mundiais, a mediação do processo social através das inúmeras mônadas mostra-se retrógrada. Os sujeitos da economia pulsional são expropriados psicologicamente e essa economia é gerida mais racionalmente pela própria sociedade. (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 189)

Se no século XIX era ainda possível a experiência que indicava alguma diferenciação individual, que se contrapunha à vivência, no século XX, próprio de outra configuração do capitalismo, o indivíduo regride, isto é, deixa de se diferenciar e se identifica imediatamente com a sociedade. Ora se o indivíduo só se diferencia por meio da incorporação da cultura, o que permite fazer a crítica a essa e simultaneamente preservá-la, a não constituição do indivíduo só permite a crítica que possibilita aperfeiçoar a prisão existente, mas não a crítica à própria prisão. Na crítica que Benjamin (1989) fez a Proust, a perda da referência à coletividade se anunciava como perda da possibilidade da experiência. Se, como enfatizado na parte anterior deste texto, o indivíduo diferenciado deve ser isento de preconceitos, se é que isso é possível numa sociedade cuja base de manutenção é a ameaça constante a todos os indivíduos, a dificuldade de sua formação já visível pela transformação da experiência em vivência torna-se ainda maior e a nossa relação com o mundo cada vez mais superficial, sem vínculos, efêmera. O que parece propício ao *bullying*, tal como discutimos anteriormente, uma vez que a agressão constante e repetida não deixa de o caracterizar como efêmero, pois não há relação com o outro, apenas com o desejo de sua destruição, trata-se quase de uma compulsão de se abater o mais frágil até esse não poder mais reagir.

Conforme Freud (1986), o indivíduo se diferencia por meio da experiência que permite antes de qualquer coisa diferenciar o mundo interno do mundo externo; isso ocorre no início da vida mediante sensações de prazer e de desprazer; de fusão com o meio, passa para a sensação de que o que dá prazer é próprio e o que gera desprazer lhe é estranho e, por fim, o bebê acaba percebendo que, em geral, é o oposto que ocorre: o que dá desprazer – dor, sujeira, fome - é

interno, e que o prazer é dado por outro que cuida para que cesse sua dor, o limpe e alimente; segundo esse autor, a fase de transição pode reaparecer em alguns momentos de sofrimento, tal momento caracteriza a paranoia, a persecutoriedade, que são próprias a algumas formas de indivíduos preconceituosos que se julgam perseguidos pelo alvo que perseguem; já a fase da confusão entre o 'eu' e o mundo parece ser o objetivo da agressão sem fim ao alvo, até sua destruição, o que caracteriza o *bullying*.

A diferenciação individual ocorre quando a pulsão pode se associar com objetos ofertados pela cultura; na relação com esses objetos, o indivíduo pode se constituir; sua pulsão passa a ter delimitação; sem esses objetos, ela se torna compulsão, ou seja, passa a ser objeto de si mesma. Segundo Horkheimer e Adorno (1985), a burrice se constitui por perguntas não respondidas, curiosidades não satisfeitas, o que permite a repetição do mesmo ponto, a compulsão; são, portanto, perguntas não respondidas, relações específicas não estabelecidas com objetos oferecidos pela cultura que podem deixar a pulsão à sua própria sorte.

Ao descrever o amor romântico, Freud (1976) indica que ele é composto da pulsão sexual e da pulsão sexual inibida em sua finalidade, que se converte em ternura, carinho, preservação do objeto amado; se há somente a pulsão sexual, o objeto não permanece, não se torna fixo, constante; se há somente a pulsão inibida em sua finalidade, resulta o amor platônico. A experiência com os objetos de amor, e, sobretudo, a presença da pulsão sexual inibida em sua finalidade permite a diferenciação dos objetos de afeto e de si mesmo. A concepção de que o amor aos objetos se expande para o amor à cultura também é defendida pela psicanálise; o indivíduo diferenciado tem, assim, a pulsão associada a diversos objetos; o indivíduo com dificuldades de se diferenciar não consegue fazer essa associação, isto é não tem experiências, só lhe resta a confusão com os objetos em vez de relação. Certamente, uma cultura homogênea contribui para que objetos distintos não sejam oferecidos

aos seus membros, contribuindo, por isso, com sua pouca ou não diferenciação.

A cultura no período liberal era mais diferenciada do que a da época da indústria cultural que a tudo dá um ar de semelhança, de conhecido, conforme Horkheimer e Adorno (1985); se o antissemitismo se fixava em um objeto específico – o judeu -, pela continua não diferenciação entre os objetos, ele não pôde mais existir da mesma forma durante o período nazista:

Mas não há mais antissemitas. Os últimos foram os liberais que queriam exprimir sua opinião antiliberal. A distância que a nobreza e os militares guardavam dos judeus era, no ocaso do século dezenove, uma simples atitude reacionária [...] O antissemitismo ainda era um tema aberto à escolha subjetiva, e a decisão referia-se especificamente a ele. É verdade que a aceitação da tese racista já implica todo o vocabulário chauvinista, e que os juízos antissemitas deram sempre testemunho de um pensamento estereotipado. Mas, hoje é só isto que resta. Continua-se a escolher, mas apenas entre totalidades. A psicologia antissemita foi, em grande parte, substituída por um simples 'sim' dado ao *ticket* fascista, ao inventário de *slogans* da grande indústria militante. p. 186-187)

Se o antissemitismo modificou-se do fim do século XIX ao período nazista, o preconceito contra os judeus, assim como o preconceito em geral, também; conforme nossa tese, torna-se mais inespecífico, mais imediato, mais primitivo, tal como o é o *bullying*, mas passemos a trazer dados sobre o antissemitismo como foi retratado por Horkheimer e Adorno (1985), para continuar a pensar sobre o preconceito e sua relação com o *bullying*.

Uma atitude e uma ação sem alvos fixos

Proust (2006), no primeiro livro de *Em busca do Tempo Perdido*, escreve que a narração de uma história pode ter a força da recordação e narra o amor de Swann por Odette. Benjamin (1994), por sua vez, diz que é cada vez mais

difícil narrar e que uma de suas causas se refere a que: “...as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo” (p.198). A narração importante para esse autor é a que se transmite oralmente, ou mesmo pela escrita que se pareça com a oral; deve ter sua base na tradição, no acúmulo de conhecimentos que a experiência permite; as experiências da primeira guerra mundial, por exemplo, próprias do período contemporâneo, já estavam desmoralizadas para serem transmitidas como outrora: “Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra de material e a experiência ética pelos governantes”(p. 198). São *experiências* que auxiliaram a dilapidar o que era permanente.

Para que haja a narração é importante que haja também os que estão dispostos a contar histórias e a ouvi-las, mas se o que passou é desprezado frente aos novos tempos, não há mais o que se transmitir. A cultura já não mantém nada de fixo e, assim, também os alvos da destruição são intercambiáveis:

Só a cegueira do antissemitismo, sua falta de objetivo, confere uma certa verdade à explicação de que ele seria uma válvula de escape, A cólera é descarregada sobre os desamparados que chamam a atenção. E como as vítimas são intercambiáveis segundo a conjuntura: vagabundos, judeus, protestantes, católicos, cada uma delas pode tomar o lugar do assassino, na mesma volúpia cega do homicídio, tão logo se converta na norma e se sinta poderosa enquanto tal. Não existe um genuíno antissemitismo e, certamente, não há nenhum antissemita nato. (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p.160)

Não há objetivo, nem objeto, no antissemitismo, que dada a possibilidade de substituição de alvos, conforme o trecho acima, não se volta somente contra o judeu, mas contra quem se encontra desamparado; são agredidos os que não podem se defender; não há também nenhuma relação específica com o alvo, mas com a possibilidade da ‘válvula de escape’. Também não há sujeito, pois o

antissemita é privado de subjetividade. Essas ponderações aproximam o agressor e a vítima do pogrom mais da prática do *bullying* do que do preconceito; se isso for verdadeiro, ao contrário do que foi assinalado antes, o alvo do *bullying* também poderia estar associado a um movimento coletivo; note-se, contudo, que esse movimento coletivo já é permeado pela sua modificação constante, perde sua continuidade, restando apenas o desejo de destruição, e que o preconceito não delimitado, conforme discutido antes, talvez seja a atitude correspondente ao *bullying*. Se, como citado antes, Horkheimer e Adorno (1985) indicam que no período analisado – o do III Reich - não havia mais antissemitas, caberia perguntar se ainda há preconceituosos, e se os preconceitos não são mais arraigados, tornando-se somente pretextos para a agressão.

Horkheimer e Adorno (1985) defendem que se o judeu não existisse, ele precisaria ser inventado para o antissemita, pois corresponde bem ao que deve ser universalmente negado, ainda que possível de ser realizado: porque o judeu representa o que não tem pátria, traz o desejo de todos serem recebidos nos diversos locais como em sua própria casa; a representação do judeu não ter de viver para trabalhar traz o desejo de ter desde sempre a sobrevivência garantida; porque representa a cultura, o espírito contém o desejo de poder ir além da sobrevivência; por ser considerado sexualmente promíscuo, provoca o desejo do prazer obscuro, único a contestar a civilização como sexualidade não reprimida (ADORNO, 1969). A representação, e não o que o objeto de fato se constitui ao longo da história, é específica e precisa de quem seja seu portador. Se a superação do antissemitismo poderia ser considerada a emancipação da humanidade, a representação que combate também deve ser universal; sua história é a de todos os homens, mas isso deve valer para todas as associações feitas em relação a minorias perseguidas.

Em seu texto *Elementos do Antissemitismo*, Horkheimer e Adorno (1985) explicitam os motivos ideológicos, sociais, religiosos, econômicos, antropológicos e psicológicos desse fenômeno. Contrapõem a ideologia liberal

expressa pelos judeus, que julgavam poder ter sua cultura própria sem se desvincular da convivência com todos, quando isso só seria possível em uma sociedade livre, à ideologia fascista, que os nazistas tentaram tornar verdadeira. Argumentaram que a única vantagem do povo com o antissemitismo seria a prática domingueira da violência, permitida e até incentivada pelo estado fascista. Ao compararem a religião judaica com o cristianismo dela derivada indicaram que a não mais distinção entre a esfera divina da esfera profana permitiu a substituição da adaptação pelo conhecimento pela adaptação pela fé. Quando descrevem a mimese como base do conhecimento e mostram sua transformação em falsa mimese, como paralisia do pensamento, e como escárnio do que necessita ser destruído, indicam os objetivos dos rituais fascistas que só permitem a imitação quando essa representa quem deve ser humilhado e em seguida atacado. Na análise que fazem da falsa projeção como ruptura entre sujeito e objeto, que ocorre no conhecimento e na formação do indivíduo, mostram que a paranoia tem sido a sombra do conhecimento, sobretudo, do conhecimento científico. Mas se esses são elementos do antissemitismo e indicam algo que deve ser superado para que a humanidade possa se estabelecer sem que nenhuma perseguição mais seja necessária, como entender, o que foi explicitado anteriormente: que já não há mais antissemitas? Os autores argumentam:

Os 'elementos do antissemitismo', baseados na experiência e anulados pela perda da experiência que se anuncia na mentalidade do *ticket*, são novamente mobilizados pelo *ticket*. Já tendo entrado em decomposição, eles trazem para o neo antissemita a má consciência e, com ela, a insaciabilidade do mal. É justamente porque a psicologia dos indivíduos e seus conteúdos só se produzem através dos esquemas sintéticos fornecidos pela sociedade que o antissemitismo contemporâneo adquire uma natureza vazia e impenetrável. O intermediário judeu só se torna realmente a imagem do diabo depois que ele deixou de existir economicamente. (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p.192)

O judeu representa para o antissemita o que foi superado economicamente e, por isso, deve ser eliminado, assim como o que representa, tal como

explicitado antes. O sujeito sem subjetividade repete *slogans* sem os refletir e agride sem saber por quê.

Em seu texto, contemporâneo à *Dialética do esclarecimento*, Adorno (1993) escreveu:

A irrupção do Terceiro Reich surpreendeu, decerto, meu juízo político, mas não minha predisposição inconsciente ao medo. Todos os temas da catástrofe permanente tinham-me roçado tão de perto, os sinais de advertência do despertar da Alemanha tinham-me marcado de uma forma tão indelével, que fui capaz de identificar cada um deles nos traços da ditadura de Hitler: e, no meu horror tolo, com frequência eu tinha a impressão de que o Estado total havia sido inventado especialmente contra mim, para fazer-me sofrer aquilo que na minha infância – a pré-história dele – eu havia sido dispensado até segunda ordem. Os cinco patriotas que se precipitaram sobre um único colega, espancando-o, e que o difamaram como traidor da classe quando ele se queixou ao professor – não são eles os mesmos que torturaram prisioneiros para desmentir os que, no exterior, diziam que se torturavam prisioneiros? (ADORNO, 1993, p. 169)

Theodor W. Adorno nasceu em 1903, sua infância, portanto ocorreu na primeira e na segunda décadas do século passado; difícil não associar a agressão relatada ao que discutimos como *bullying*; se nessa citação, o autor o associa com o fascismo, talvez possamos dizer que menos do que preconceito, no fascismo alemão, houve a mesma disposição que se apresenta no *bullying*, ainda que não devemos desconsiderar que do fascismo alemão para os nossos dias tenha havido alterações; também deve-se cuidar para não reduzir o fascismo ao *bullying*, esse pode ser uma de suas formas de manifestação; em outros termos: os indivíduos próprios a defender o fascismo e criados por esse sistema são os que têm a disposição para a prática do *bullying*.

Se essa suposição for procedente, então Antunes e Zuin (2008) estão corretos ao afirmarem que o *bullying* é outra forma de nomear o preconceito, mas o preconceito que não tem objeto e justificativas bem delineados, que como vimos parece ser discutido nos *Elementos do Antissemitismo*, de Horkheimer e Adorno (1985), assim como a dificuldade de a experiência existir para se contrapor a essa forma de violência. Resta verificar se o preconceito em sua

forma anterior, isto é, mais bem configurada, coexiste com o *bullying*; passemos a ver alguns dados do estudo sobre a personalidade autoritária.

Os autores desse estudo, assim como Horkheimer e Adorno (1973) em texto posterior no qual o citam, nomeiam a personalidade autoritária como aquela predisposta a desenvolver preconceitos; certamente, entendem que o preconceito não pode ser reduzido a explicações psicológicas, mas também que esse âmbito da vida não deve ser ignorado. Nesse estudo empírico, tem como objetivo verificar em que medida opiniões sobre questões diversas e sobre questões políticas, em especial, podem ser associadas com o preconceito contra minorias. Criam escalas para avaliar o antissemitismo, o etnocentrismo, o conservadorismo político econômico e a escala do Fascismo (Escala F); essa última se constitui como medida indireta das tendências individuais ao fascismo, que contém características próprias ao exercício arbitrário da autoridade e a submissão cega a ela, o pensamento supersticioso e estereotipado. Verificaram relações entre essas variáveis, ainda que de média magnitude. Se a Escala F mede traços do sadomasoquismo, a questão do poder e da hierarquia social, tal como se apresentaram na análise do *bullying*, também são verificados por ela; sua relação com as que mensuram o preconceito (Escala do Antissemitismo e Escala do Etnocentrismo), no entanto, apresentaram magnitudes médias. Se isso ocorreu, provavelmente há alguma distinção entre os dois fenômenos, isto é, as necessidades próprias ao *bullying* podem se associar ou não às necessidades específicas do preconceito.

Se compararmos dois dos tipos de personalidade autoritária descritos por Adorno, no livro que relata a pesquisa, poderemos constatar que o tipo 'convencional' não tem o preconceito arraigado, o toma emprestado do grupo ao qual quer pertencer; nesse sentido a discriminação pode se voltar contra qualquer alvo desde que o grupo ao qual pertença também o discrimine; já o tipo 'autoritário' desenvolve ódio ao alvo e tenta justificá-lo; tem necessidades psíquicas específicas que precisam de um alvo para serem "satisfeitas". A

distinção entre esses tipos fortalece o argumento que *bullying* e preconceito possam coexistir.

Adorno encontrou também, entre os tipos não autoritários, características de estereotipia e compulsividade, o que indicou que a fragilidade da constituição do eu não caracteriza somente os autoritários, mas é um indicador da (falsa) formação em geral. Ao final de os *Elementos do Antissemitismo*, Horkheimer e Adorno (1985) argumentaram que os adeptos dos tickets ‘progressistas’ não são mais avançados do que os defensores dos tickets ‘reacionários’, pois, fascista é o pensamento do ticket, que reduz a realidade a um conjunto de predicados para se delimitar totalidades, como derivar um predicado a partir de outro por se pertencer a determinado partido político, por exemplo.

Tendo em vista que pesquisas têm revelado a existência de estereótipos e a hostilidade específica contra determinados grupos e que o *bullying* não necessita nem de estereótipos nem de um alvo específico, é fortalecida a hipótese que ambos coexistam em nosso tempo e que mesmo no estudo sobre a personalidade autoritária a presença simultânea de ambos já tenha sido indicada. Se são fenômenos distintos, certamente, as maneiras de os combater também devem ser. No *bullying*, a descarga da própria humilhação sobre o mais frágil se levada à reflexão pode indicar a sua inutilidade e que cabe lutar contra o que humilha e não reproduzir em outro o que se sofreu; se o pensamento estereotipado ou mesmo mais “sofisticado” que justifica a agressão contra grupos específicos se apresenta no preconceito, então a possibilidade de se diferenciar os membros de um mesmo grupo, como a si mesmo dos outros pode reestabelecer a experiência que se contrapõe a ele. O desejo presente no *bullying* parece ser o de aniquilar o seu alvo; no preconceito, isso não parece responder às necessidades psíquicas, pois como indicaram Horkheimer e Adorno (1985), como o objeto é imaginário, mesmo após sua eliminação ele deve continuar a ser perseguido; ilustram isso, com as invasões de cemitérios judaicos pelos antissemitas.

Em síntese, o *bullying* parece ser uma forma de violência mais indiferenciada do que a presente no preconceito mais arraigado, que tem alvos definidos e justificativa para sua existência, e corresponder a uma maior fragilidade do indivíduo que o pratica; nesse sentido, o preconceito menos delineado pode ser a atitude que pode levar à ação do *bullying*; esse também parece expressar melhor uma cultura homogênea, que, pela (falsa) formação, constitui indivíduos frios, insensíveis e com dificuldades de formular seus desejos e os reconhecer, o que pode direcioná-los a uma forma de violência difusa, ao contrário do preconceito que se fixa em necessidades mais bem delimitadas. Isso não significa que ambas as formas de violência não possam, por vezes, ocorrer conjuntamente – uma vítima do *bullying* o ser devido ao preconceito -, mas que se podem corresponder a diversas necessidades psíquicas devem, como assinalado antes, ser combatidas de modos distintos; contra o *bullying* deve-se fortalecer a possibilidade de estabelecer relações afetivas com as pessoas e com a cultura e a identificação com o mais frágil; contra o preconceito é necessária a reflexão do que nega em si mesmo ao perseguir sua vítima. O *bullying*, como afirmado acima, pode ser derivado do preconceito menos delimitado, associado com a maior fragilidade da formação do eu, algo que foi historicamente possibilitado, mas isso não significa que o preconceito mais bem desenvolvido tenha deixado de existir; perceber as consequentes modificações da constituição individual à luz das transformações históricas é fundamental, julgar que o antigo deixou de existir pode deixar à solta um inimigo poderoso.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, T. W. Los tabus sexuales y el Derecho hoy. In: Adorno, T.W. *Intervenciones*. Caracas: editora Monte Ávila, 1969. P. 91-116.
- ADORNO, Theodor W. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

ADORNO, T. W. Tabus acerca do magistério. In: ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1995. P. 97-117.

ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D.J.; & SANFORD, R.N. *The authoritarian personality*. New York: Harper and Row, 1950.

ANTUNES, D.C.; ZUIN, A.A.S. Do *bullying* ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. *Psicologia & Sociedade*, 20, n. 1, jan.16-32, 2008.

ARENDT, H. *As origens do totalitarismo: antissemitismo, instrumento do poder*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1979.

BENJAMIN, W. Sobre alguns temas em Baudelaire. In BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: Um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 103-149.

BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. IN: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.p. 197-221.

BETTELHEIM, B.; JANOWITZ, M. *Dynamics of prejudice*. N.Y.: Harper & Brothers, 1950.

CROCHÍK, J. L. Manifestações de Preconceito em relação às etnias e aos deficientes. *Boletim de Psicologia*, São Paulo, LIII, n. 118, p. 89-108, 2004.

CROCHÍK, J. L. Preconceito e Inclusão. *WebMosaica*, revista do instituto cultural judaico Marc Chagall v.3 n.1 (jan-jun), 2011.

CROCHÍK, J.L.; KOHATSU, L.N.; DIAS, M.A.; FRELLER, C.C.; & CASCO, R. (2013) *Inclusão e discriminação na educação escolar*. Campinas: Alínea Editora, 2013.

FANTE, C. *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas, Verus editora, 2005.

FREUD, S. *Psicologia de grupo e análise do ego*. Rio de Janeiro: Imago, 1976

FREUD, S. El malestar en la cultura. In Braustein, N. A.(org.). *A medio siglo de El malestar en la cultura de Sigmund Freud*. México, Siglo Veintiuno, 1986. p.22-116

HORKHEIMER, M., ; ADORNO, T.W.. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

HORKHEIMER, M. & ADORNO, T.W. *Temas básicos de sociología*. São Paulo: Cultrix, 1973.

JAHODA, M.; & ACKERMAN, N.W. *Distúrbios emocionais e antissemitismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1969.

KRECH, D; CRUTCHFIELD, R. S.; & BALLACHEY, E. L. *O Indivíduo na Sociedade - Um manual de Psicologia Social*, 3ª ed., São Paulo: Pioneira, 1975.

LOPES NETO, A. A. *Bullying— comportamento agressivo entre estudantes*. *Jornal Pediátrico*, 81(5), suplemento, pp. 164-172, 2005.

MARCUSE, H. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981,

MARX, K. *O Capital – crítica da economia política*. Livro 1 O processo de Produção do Capital. Volume 1. 9.ed. São Paulo: Difel, 1984.

MEERTENS, R.W.; & PETTIGREW, T. F. Será o racismo subtil mesmo racismo? In: Vala, Jorge (org.) *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras, Celta editora, 1999. pp.11-29.

PROUST, M. *No caminho de Swann*. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

VALA, J.; MONTEIRO, M.B. *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

Recebido em: 02/01/2016

Aprovado em: 12/01/2016